



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

254

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	De 07/05/1994
C	
	Rubrica

Processo : 13637.000225/95-11

Sessão : 19 de novembro de 1996

Acórdão : 202-08.858

Recurso : 99.170

Recorrente : JOÃO DE ASSIS PEREIRA

Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

**ITR** - 1) Preliminar - Quando a impugnação é assinada por uma pessoa e no recurso consta apenas a digital do recorrente, não há prejuízo para o conhecimento do mesmo. 2) Para que se possa modificar o VTN declarado, faz-se necessário provas idôneas para tal, a teor da lei que regula a matéria (Lei nº 8.847/94). **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por:  
JOÃO DE ASSIS PEREIRA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1996

Otto Cristiano de Oliveira Glasner

**Presidente**

José de Almeida Coelho  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros José Cabral Garofano, Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Oswaldo Tancredo de Oliveira, Tarásio Campelo Borges e Antonio Sinhiti Myasava.

eaal/AC/RS/CF



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13637.000225/95-11

Acórdão : 202-08.858

Recurso : 99.170

Recorrente : JOÃO DE ASSIS PEREIRA

## RELATÓRIO

Através da Notificação de Lançamento de fls. 02, exige-se do contribuinte acima identificado o recolhimento de 3.873,70 UFIR, relativas ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural-ITR, às Contribuições à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, à Confederação Nacional da Agricultura-CNA e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural-SENAR, correspondentes ao exercício de 1994, do imóvel denominado “Mato Dentro”, cadastrado no INCRA sob o Código 443 212 003 857 4, medindo 140,0ha, localizado no Município de Piedade do Rio Grande-MG, inscrito na Secretaria da Receita Federal sob o nº 1799056.4. Fundamenta-se a exigência nos seguintes dispositivos legais: Lei nº 8.847, de 28.01.94; artigo 5º do Decreto-Lei nº 1.146/70, combinado com o artigo 1º e §§ do Decreto-Lei nº 1.989/82; artigo 4º e §§ do Decreto nº 1.166/71.

Impugnando o feito, tempestivamente, a fls. 01, o interessado solicita a retificação dos valores lançados, alegando erro cometido na Declaração do ITR/94 referente ao Valor da Terra Nua-VTN: 787.036,31 UFIR. Acompanham a peça impugnatória a Notificação de Lançamento de fls. 02 e seu respectivo Aviso de Recebimento-AR (fls. 03); o Laudo Técnico de Avaliação de fls. 04, emitido pela EMATER-MG; e nova Declaração do ITR/94.

O Delegado da Receita Federal de Julgamento em Juiz de Fora-MG, às fls. 12 a 16, julgou o lançamento consubstanciado na Notificação de fls. 02 procedente em parte, ementando, assim, sua decisão:

### **“IMPOSTO TERRITORIAL RURAL ALTERAÇÃO DO VTN - SUFICIÊNCIA DE PROVAS**

O artigo 29 do Decreto 70.235/72 assegura à autoridade administrativa julgadora a formação de sua livre convicção. Julgadas suficientes as provas acostadas aos autos, impõe-se a emissão de nova notificação, a fim de que seja recomposto o Valor da Terra Nua, base de cálculo do Imposto Territorial Rural.

**Lançamento procedente em parte”.**



## MINISTÉRIO DA FAZENDA

## SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13637.000225/95-11

Acórdão : 202-08.858

Concluindo sua decisão, a autoridade julgadora de primeira instância determina o cancelamento da Notificação de fls. 02 e a emissão de nova notificação alterando o valor total do imóvel para 64.597,69 UFIR e o Valor da Terra Nua-VTN para 63.000,00 UFIR.

Intimado em 31.01.96, conforme Aviso de Recebimento às fls. 19, o interessado interpõe Recurso de fls. 21 informando que os valores do imóvel e da terra nua no lançamento do ITR/94 foram superestimados, anexando, como prova, o mesmo laudo técnico de avaliação emitido por engenheiro agrônomo da EMATER-MG (fls. 22).

Em atendimento ao disposto no artigo 1º da Portaria MF nº 260/95, manifesta-se o Procurador da Fazenda Nacional, fls. 26, propondo a manutenção da decisão recorrida, nos moldes em que foi exarada, tendo em vista as contra-razões a seguir transcritas:

“A decisão promanada pela autoridade julgadora administrativa, posta sob exame, não comporta reprimenda, porquanto obediente à legislação aplicável e à exigência do devido processo legal, estabelecida pela norma do art. 5º, LV, da Constituição Federal.

As matérias de fato e de direito foram devidamente analisadas e sopesadas, à luz da legislação de regência. Postas sob ementa, utilizando-se o critério legal adequado, não está a merecer qualquer reparo a decisão em comento.

O lançamento, portanto, deve ser mantido nos termos da decisão proferida nos presentes autos, bem assim quanto aos seus efeitos.

Desta forma nos manifestamos, após análise dos autos e verificação do conteúdo legal e fático destes, cotejando-os com a decisão em apreço. Pela manutenção do lançamento, em conformidade com a decisão administrativa em foco, bem assim pela integral manutenção desta.”

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000225/95-11  
Acórdão : 202-08.858

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR JOSÉ DE ALMEIDA COELHO

### Preliminarmente.

Em razão de a Impugnação de fls. 01 estar assinada por JOSÉ DE ASSIS SOBRINHO, a Notificação do ITR/94 estar lançada em nome de JOÃO DE ASSIS PEREIRA, e o Recurso Tempestivo de fls. 21 estar identificado apenas pela digital do recorrente, tudo leva a crer que a assinatura da impugnação seja de algum parente do recorrente, tanto que o Delegado de Julgamento não observou tal fato, o que a nosso ver é irrelevante, por isso que nego a preliminar ora apontada.

### No mérito.

Conheço do presente recurso pela sua tempestividade, posto que, intimado da decisão recorrida em 31.01.96 (fls. 19), o recorrente apresentou o recurso em 28.02.96 (fls. 21), portanto, tempestivamente, porém, no mérito, nego provimento ao recurso para manter a decisão recorrida, conforme abaixo.

A Autoridade Fiscal Julgadora de Primeiro Grau bem examinou a questão e a enfrentou, decidindo com proficiência e não deixando qualquer fato sem o devido esclarecimento.

Em sua ementa, deixou bem claro que houve insuficiência de provas para que fosse alterado o VTN reclamado, e além do mais, é de ser considerado que o VTN declarado é menor do que o VTN tributado e o laudo apresentado não atende as determinações exigidas para tal.

Ante o acima exposto e o que mais dos autos constam, conheço do presente recurso pela sua tempestividade, mas, no mérito, nego-lhe provimento por não ter o recorrente trazido elementos suficientes para provar o alegado, e o alegado Laudo de que fala o Recurso de



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13637.000225/95-11  
Acórdão : 202-08.858

fls. 21 não atende o que a lei exige, sendo ainda certo que as Contra-Razões de fls. 26 reforça a decisão recorrida, que, a nosso ver, bem examinou a matéria. Em assim sendo, por não ter o recorrente trazido provas contundentes de suas alegações, conheço do presente recurso, mas, no mérito, nego-lhe provimento para manter a decisão recorrida.

É como voto.

Sala das Sessões, em 19 de novembro de 1996

JOSÉ DE ALMEIDA COELHO